

- 8 ABR 1989

JORNAL DO BRASIL

Dívida Ext

Brasil paga juros a credor para conseguir desembolso

Consuelo Dieguez

BRASÍLIA — O governo brasileiro efetuou ontem o pagamento de US\$ 460 milhões de dólares (dos quais US\$ 60 milhões de mora pelo atraso) aos bancos credores, referente aos juros vencidos desde o dia 15 de março, e recebeu a garantia formal de que os US\$ 600 milhões de contrapartida, que deveriam ter sido desembolsados pelos credores em dezembro do ano passado, serão liberados na próxima semana. O pagamento foi acertado ontem, após quase um mês de intensas negociações entre uma missão de técnicos do Brasil com o comitê dos bancos credores.

Ontem mesmo, encerradas as negociações, a missão brasileira voltou de Nova Iorque. O acordo só foi possível após ter sido negociado um *waiver* (perdão) com os credores pelo atraso do pagamento dos juros vencidos em março e também pelo não cumprimento de algumas cláusulas firmadas no acordo, entre elas as operações de *realending* (reempréstimo) previstas para este ano, e que foram suspensas pela forte pressão que exerceriam sobre a base monetária (emissão primária de moeda). Com a decretação do "Plano Verão", o governo, para conseguir manter sob controle a inflação, não poderia colocar mais cruzados em circulação na economia para permitir as operações de *realending*.

Feitos estes acertos, os credores concordaram em desvincular o desembolso dos US\$ 600 milhões ao desembolso dos recursos do Banco Mundial (Bird), como havia sido acertado no acordo da dívida externa firmado com os bancos credores no ano passado. Pelo acordo, os bancos privados somente liberariam os US\$ 600 milhões caso o Bird desembolsasse US\$ 500 milhões para projetos setoriais do Brasil. O Bird, no entanto, não liberou os recursos sob alegação de que alguns destes projetos trariam danos à ecologia.

Com o atraso na liberação dos US\$ 600 milhões dos bancos privados, o governo brasileiro, que vinha mantendo em dia seus compromissos, decidiu suspender o pagamento dos juros vencidos em março. O temor governamental era de

que, efetuada a liberação destes US\$ 460 milhões, que era a última grande remessa a ser feita neste semestre, os credores colocassem mais entraves para liberar a contrapartida dos US\$ 600 milhões. Neste caso, o Brasil somente voltaria a ter poder de barganha junto aos credores em setembro, quando será feito uma nova remessa significativa de juros.

Na reunião do Banco Interamericano de Desenvolvimento (Bid), no mês passado, o ministro da Fazenda, Mailson da Nóbrega, comunicou aos credores que somente faria o pagamento dos juros caso recebesse os US\$ 600 milhões. Os credores, então, concordaram em alterar a cláusula de vinculação deste desembolso ao desembolso do Bird.

Uma missão brasileira seguiu então para Nova Iorque, após a reunião do BID para alterar as cláusulas do contrato da dívida, ficando acertada a desvinculação com o Banco Mundial. Por exigência dos credores, o Brasil teve que fazer o desembolso primeiro, apesar do ministro, inicialmente, ter afirmado que o desembolso teria que ser simultâneo. Como foram dadas as garantias da contrapartida, o governo concordou em pagar os juros atrasados ontem mesmo.

☐ O presidente José Sarney disse que o problema da dívida externa só será equacionado pelo surgimento de uma crise tão grave que force um novo ordenamento econômico no mundo. Ele previu para breve o surgimento dessa crise. Segundo Sarney, que ontem inaugurou o primeiro trecho da ferrovia Norte-Sul, as nações ricas perderam a oportunidade de promover a negociação política da dívida. O presidente lembrou que no Brasil o Estado tem apenas 7% do PIB para gastar, dos quais 5% são para o pagamento do serviço da dívida e exportação de capitais. Há dez anos atrás, disse ele, o Estado contava com 14% do PIB para seus gastos. Sarney acha que a dívida externa é o mais grave problema da América Latina.